

**ATA Nº 110, DA 110ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
(CONSUNI)**

**DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**Data:** 03 de maio de 2023.

**Local:** Auditório do Campus Bagé.

**Horário:** 09 horas e 07 minutos.

**Participantes:**

Reitoria: Roberlaine Ribeiro Jorge, Presidente; Marcus Vinícius MoriniQuerol, Vice-presidente. Os Diretores das Unidades: Alegrete, João Pablo Silva da Silva, no exercício da Direção; Bagé: Alessandro Carvalho Bica; Caçapava do Sul, José Waldomiro Jiménez Rojas; Dom Pedrito, Nádia Fátima dos Santos Bucco; Itaqui, José Carlos Severo Corrêa; Jaguarão, Silvana Maria Gritti; Santana do Livramento, Alexandre Vicentine Xavier; São Borja, ValmorRhoden; São Gabriel, Luciana Borba Benetti; Uruguaiana, Cheila Denise OttonelliStopiglia. Os representantes das comissões superiores: Leandro Carlos Dias Conde (CSP) e Paulo Roberto Cardoso da Silveira (CSExt). Os pró-reitores: Fernando Munhoz da Silveira, PROAD; Edward Frederico Castro Pessano, PROGEPE; Viviane Kanitz Gentil, PROPLAN; Fabio Gallas Leivas, PROPPI; Shirley Grazieli da Silva Nascimento, PROGRAD; Carlos Aurélio Dilli Gonçalves, PRAEC e Franck Maciel Peçanha, pró-reitor adjunto da PROEXT. Os representantes docentes: Altacir Bunde, Ana Cristina da Silva Rodrigues, Antônio Cleber da Silva Camargo, Augusto Gonzaga Oliveira de Freitas, Cássia Regina Nespolo, Daniel Hanke, Hélvio Rech, Régis Sebben Paranhos, Renato José da Costa e Vinícius Piccin Dalbianco. Os representantes TAEs: Alexandre dos Santos Villas Bôas, Bárbara Viero de Noronha, Carina Fagundes Teixeira Brum, Diego Veneroso Pereira e Rodrigo Trindade Pinheiro. Os representantes discentes: Arthur Oliveira Domingues, Cássio Cunha Araújo, Gabriel Augusto Fernandes Barbosa, Gabriele Doyle Cezar e o representante da Comunidade Externa, Mauro Rodrigues Oviedo.

Justificaram a ausência os conselheiros convocados: Paulo Rodinei Soares Lopes, EderliMarangon, Cristine Machado Schwanke, Erick de Melo Maciel, Mateus Guimarães da Silva, Maurício Aires Vieira e Luci Anne Vargas Carneiro.

Ausentes sem justificativa os conselheiros convocados: Beatriz Stoll Moraes, Sátira Pereira Machado e Maria Alcina Luiz Alves.

Registramos a presença da Professora Marta Iris Camargo Messias da Silveira, Coordenadora da ADAFI.

Iniciando a Sessão, o Presidente e o Vice-presidente deram as boas-vindas a todos os presentes, enfatizando a importância desta primeira reunião presencial pós-pandemia e apesar de a educação ter sido relegada a níveis tão terríveis. Ambos enalteceram que, apesar dos escassos recursos, nunca deixaram de fazer o necessário para que toda a Universidade continuasse o seu fluxo de trabalho e desenvolvimento, mas que sempre tiveram de eleger prioridades, sempre otimistas que pensam em um futuro melhor.

## **Pauta:**

**1. Posse Novo Conselheiro:** Professor Leandro Carlos Dias Conde, representante da Comissão Superior de Pesquisa (CSP).

## **2. Informações da Reitoria:**

**2.1.** O Presidente iniciou falando sobre orçamento e recomposição orçamentária das universidades e IFES anunciados dia 19. Explicou que o processo ocorreu por meio de um trabalho das entidades de classes junto à ANDIFES e com a equipe de transição do governo; explicou que, anteriormente, o que havia era a LOA de 2023, catastroficamente menor que a de 2022 e que, falando tecnicamente, o ano de 2022, para as universidades, possui quatorze meses em termos de contas a pagar; que esses dois meses a mais são para cobrir o passivo que restou. Ressaltou a importância da mobilização estudantil, fundamental para se chegar às recomposições. Disse que o ano ainda será difícil, mas longe do que foram os últimos quatro anos. Agradeceu às equipes que rapidamente se organizaram para recompor as contas da Universidade. Explicou que o diálogo é permanente com o governo, no CONSUNI, nas comissões e nos campi.

## **3. Recomposição de Comissão da CEG:**

**3.1.** Inclusão dos TAEs Carina Brum e Domingos Aymone Filho, conforme Portaria CONSUNI/UNIPAMPA nº 96, de 2 de março de 2023; inclusão do discente Arthur Oliveira Domingues e inclusão do docente Antônio Cleber da Silva Camargo.

Resultado: aprovados os nomes dos conselheiros acima para a composição da CEG; absteve-se o conselheiro Antônio Cleber. Ausente no momento da votação o conselheiro Alessandro Bica.

## **4. Inclusões e Exclusões de Pauta (Assuntos Gerais):**

**4.1.** O conselheiro Hélio Rech solicitou falar sobre o Novo Ensino Médio.

**4.2.** O conselheiro Cássio Cunha Araújo solicitou incluir debate sobre Assistência Estudantil, estrutura para o EDIUNI e construção do DCE.

Resultado: inclusões aprovadas por UNANIMIDADE.

## **5. Pautas do CONSUNI:**

**5.1.** Gabinete da Reitoria: sobre a 15ª edição do SIEPE 2023, que, neste ano será presencial, o pró-reitor Fábio Leivas lembrou que o CONSUNI havia deliberado que sempre ocorresse na "Semana Nacional de Ciência e Tecnologia", que, neste ano, acontecerá na terceira semana de outubro. Entretanto, sugeriu que seja realizado na semana que compreende as datas de 27 de novembro a 1º de dezembro, considerando que sempre temos problemas para trazer palestrantes externos, uma vez que a maioria está envolvida no SIEPE das universidades que acompanham a Semana Nacional, porém que a Comissão definirá o número de dias do evento. Disse que farão um chamamento para que pelo menos um membro de cada Unidade esteja na Comissão Organizadora bem como as pró-reitorias. Disse também que o tema do SIEPE sempre é relacionado ao da SNCT (Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável). Com o reconhecimento do Geoparque de Caçapava do Sul pela UNESCO, o professor Rojas informou o interesse em realizar o SIEPE naquele campus salientou que tem o apoio da comunidade e da Prefeitura de Caçapava. Considerando a manifestação do conselheiro Rojas, o conselheiro João Pablo, no exercício da Direção do Campus Alegrete abriu mão de realizar o evento no Campus Alegrete em prol do Campus Caçapava. O professor Rojas agradeceu o apoio. Manifestaram-se ainda os conselheiros José Guilherme, Hélio, Renato, Alexandre Xavier, Altacir, Shirley, Cássio e Gabriel.

Resultado: aprovada por UNANIMIDADE a escolha do Campus Caçapava do Sul para sediar o 15º SIEPE. Ausente no momento da votação o conselheiro Valmor Rhoden.

O conselheiro Fábio agradeceu pelas falas e informou que será formada uma Comissão Geral (onde ficarão a PROAD, a PROPLAN e a PRAEC), responsável pelo apoio e pela estrutura do evento, e uma Comissão Científica (com as pró-reitorias acadêmicas: PROPI e PROGRAD, juntamente com as comissões superiores de ensino, pesquisa e extensão), que ficará responsável pela programação do SIEPE. Lembrou que o SIEPE é um evento institucional obrigatório em contrapartida às bolsas pagas pela FAPERGS, CNPq e CAPES. O Presidente ressaltou a importância de realizar o evento fora das consideradas grandes estruturas, como os campi Alegrete, Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiana, salientando que esse é um desafio estimulante.

**5.2. Prof. Alexandre Vicentine Xavier – Resposta da Gestão Campus de Santana do Livramento, Gestão Campus de Jaguarão, Conselheiros Consuni e Movimento Estudantil à nota de repúdio publicada pela Reitoria e pelos NEABIS, no dia 11 de janeiro de 2023 referente a manifestação ocorrida durante a sessão solene Honoris causa para Oliveira Silveira.** O conselheiro Alexandre Xavier disse que entendeu como uma manifestação legítima do movimento estudantil, porém que a nota foi publicada de maneira inapropriada e irresponsável, uma vez que não buscou o diálogo com as unidades acadêmicas e, por isso, registra hoje a resposta das direções de Santana do Livramento e de Jaguarão bem como dos conselheiros do CONSUNI que assinaram essa nota de resposta. O conselheiro fez a leitura do documento de resposta à nota publicada pelos NEABIS e assinada pelo Reitor e que passa a integrar os documentos desta Reunião. Foi dada a palavra à professora Marta Silveira, que leu a carta de reparação ao equívoco, que também passa a integrar os documentos desta Sessão. Salientou que a carta é pública e está divulgada na página institucional e na página da ADAFI. Na sequência, a conselheira Silvana Gritti disse que, embora o que ela pensa conste no documento lido pelo conselheiro Alexandre, acha importante se manifestar porque tem a responsabilidade do transporte, que, embora a maioria dos manifestantes fosse do Campus Jaguarão, não significa que a Direção do Campus ou ela, como diretora, tenham patrocinado de alguma o movimento, que, embora concorde com ele, os alunos precisam aprender e que democracia se aprende no processo; que tem certeza de que os alunos nunca quiseram ofender, pelo contrário; que entende que os alunos são responsabilidade dos educadores em todos os espaços e contextos. Por isso, considerou que a nota foi muito dura e que criminalizou o movimento; que todos sofreram, mas principalmente os discentes, pois a reação da Reitoria e dos NEABIS para eles representou uma agressão extremamente forte, implicando acompanhamento psicológico em relação às consequências dessa nota para os alunos que já estavam fragilizados. Ressaltou que, se tivesse acontecido o deslocamento da Reitoria até o Campus Jaguarão, como várias vezes foi solicitado pelos estudantes da Unidade, os manifestantes teriam encontrado ressonância às solicitações da categoria. Reforçou que a capacitação dos discentes é responsabilidade de todos os docentes em todos os espaços, inclusive no CONSUNI. A seguir, o conselheiro Gabriel também fez a leitura de uma carta da representação discente à nota publicada pelos NEABIS e pela Reitoria referente à manifestação na 50ª RE e que passa a fazer parte dos documentos desta Reunião. Resumindo a manifestação do conselheiro José Guilherme, que afirmou ser um homem branco em uma sociedade que se estruturou na exploração do machismo, do patriarcalismo, do racismo e de tantas outras formas discriminatórias, colocava-se como privilegiado e citou um poema de Oliveira Silveira, que, muito antes do Ministro da Justiça Silvío Almeida, um homem negro, denunciou o racismo estrutural no Brasil quando disse que "o não é o sim e o sim é o não", que

esse é o racismo existente no Brasil, não que é sim e o sim que é não; que é preciso pensar em uma sociedade com 522 anos de colonização e colonialismo teve por 388 anos instituído como forma legal a escravidão que ainda não acabou. Aproveitou para convidar a todos para o seminário que acontecerá em julho no Campus Dom Pedrito, onde será discutido o trabalho degradante e escravo no Brasil do século XXI. Afirmou que uma sociedade construída dessa forma exclui homens e mulheres negras de todos os espaços e faz com que os jovens negros sejam as maiores vítimas da violência, com um extermínio declarado em nome de uma criminalização. Salientou que trouxe o assunto para solicitar à Presidência que seja pautado no Conselho, a fim de tratarem o racismo que ocorre na Universidade. O conselheiro Paulo Silveira argumentou favoravelmente à Nota dos NEABIS e da Reitoria e não concordou com as falas sobre terem criminalizado os discentes; que somente questionaram o momento inadequado para a referida manifestação; disse que a alegação dos estudantes foi a falta de diálogo com a Gestão, mas verificou-se que isso não é verdade, que a Gestão pode não ter conseguido atender a todas as reivindicações, mas que, nesses anos vários, encontros aconteceram com a categoria. Salientou que, quando alguém vive há muito tempo na luta contra o racismo, percebe que os estudantes negros não vislumbram ou demonstram não compreender esse racismo, que parece não serem vítimas desse preconceito no dia-a-dia; que não estão contra os alunos, mas fazendo um exercício de livre manifestação de um grupo que luta em várias frentes, mas que, naquele dia, os alunos pareceram não entender a importância do momento. Disse que hoje usa a frase de Rubens Alves: "a convicção é o pior dos demônios", já que as pessoas não sabem ouvir e não aceitam outros pontos de vista. Disse que é preciso rever tudo o que foi feito na Universidade desde 2010 até agora e que deveriam ter usado o momento e o espaço para realmente enaltecer uma pessoa importante na luta negra e não para causar um desgaste totalmente desnecessário. Finalizou com a afirmação de que deve ficar claro que ninguém estava deslegitimando o movimento estudantil, mas que precisam lembrar que uma sociedade democrática e plural só vai acontecer quando efetivamente combaterem o racismo e o preconceito; que a nota foi elaborada nesse contexto, respeitando outros entendimentos. O Presidente disse que o assunto não se encerra hoje e que muito ainda deve ser debatido. O conselheiro Altacir disse que viveu dois momentos de emoção desde que chegou na UNIPAMPA e que, sem sombra de dúvida, um deles foi a 50ª RE em homenagem a Oliveira Silveira, porém lamentou que, no início da manifestação estudantil, a transmissão sonora fora interrompida e solicitou que isso não aconteça mais, uma vez que as reuniões do CONSUNI são públicas, a menos que ocorra algum problema técnico. O Presidente interrompeu para explicar que a captação do som foi feita por um único microfone e que, realmente, foi um problema técnico, já que o alcance de captação do microfone é pequeno e que, em nenhum momento, foi interrompida. O conselheiro agradeceu pelo esclarecimento e disse que ele gravou o ocorrido e que essa gravação foi-lhe solicitada. Ressaltou o excelente trabalho dos NEABIS e da ADAFI, mas disse que, como representante docente neste Conselho, está preocupado com a verdade, pois, quando teve conhecimento da nota, especialmente sobre a saída de micro-ônibus do campuse a articulação de mobilização, isso compromete o belo trabalho da ADAFI e dos NEABIS, uma vez que matou a veracidade do ocorrido. Disse que acredita que o Presidente assinou a nota na confiança de que aquilo tudo, de fato, fosse verdade, mas não era e que é preciso ter cuidado na preservação da verdade como forma de não comprometer o trabalho realizado. Salientou que a manifestação dos alunos foi uma demonstração de desespero e que é a favor da livre manifestação, ainda nessa questão relacionada com a fome. O conselheiro Franck, após se autodescrever, declamou o poema de Oliveira Silveira: "Ser e não ser: O racismo que existe, o racismo que não existe. O sim que é não, o não que é sim. É assim o Brasil ou não?" O conselheiro disse que entende a nota da ADAFI bem como a nota

do conselheiro Alexandre e reforça que a nota da ADAFI não tem mentira, mas erro que foi reconhecido. Disse que a reação aos erros de alguns é muito mais intensa que com outros. Salientou que entende a nota, porque entende o peso dos que lutam por causas diariamente e que entende a solidão da professora Marta hoje e em vários momentos da sua vida; que é só olhar quantos negros estão presentes na Sessão. O conselheiro termina recitando o poema: "O MURO: eu bato contra o muro... duro... esfolo minhas mãos no muro... tento longe o salto e pulo... dou nas paredes do muro... duro... não desisto de forçá-lo... hei de encontrar um furo... por onde ultrapassá-lo (Oliveira Silveira)"; que precisamos abrir mais furos e não brigar com quem luta para fazê-los com o intuito que outros ultrapassem o muro. Finalizou dizendo à professora Marta que se solidariza com ela. O conselheiro César manifestou-se esclarecendo que naquele dia, no Fórum dos NEABIS, à tarde, presenciou o choro das professoras negras e organizadoras do evento, externando a dor que sentiam e o significado que aquilo tinha para elas; que, após esse fato, conversou com os alunos em várias oportunidades; disse que os atos racistas, algumas vezes, são muito sutis e que, para quem sofre o racismo, isso é muito violento, por isso a importância de combatê-lo. Ainda se manifestaram os conselheiros: Dilli, que disse que a PRAEC apoia o movimento estudantil, e deu informações sobre o pagamento dos auxílios, sobre os Rus e sobre o aporte financeiro dado aos estudantes pela Universidade; o conselheiro Cássio também, em apoio ao movimento dos estudantes, que não pode ser criminalizado e cerceado, contra atos de racismo e constrangimentos, também demonstrou solidariedade à professora Marta. Encerrando os apontamentos sobre esta pauta, o Presidente agradeceu a todos e ressaltou a importância do tema, que não se encerra aqui, e que o debate foi muito bom e elucidativo. O Vice-Presidente disse que não poderia deixar de se manifestar e que hoje é um momento histórico, porque estão falando em educação, e que deseja que nunca mais seja necessário trabalhar na Universidade o tema racismo; elogiou o trabalho dos NEABIS e salientou que esta luta é de pouco. Por fim, associou-se a todos que lutam para coibir que tais atos racistas se repitam, que nunca mais precisem debater isso e que possam valorizar esses momentos de um negro que lutou sozinho e deixou a sua marca em todo o País; o que muda um país é a dedicação e não a cor da pele.

Às 12 horas e 05 minutos a reunião foi suspensa para o almoço e reiniciada às 13 horas e 53 minutos.

O Presidente explicou o motivo de a pauta ser tão extensa e que o teto para o término da Reunião será às 17 horas, por isso, se não concluírem todas as pautas, farão uma Reunião extraordinária para terminar a pauta ainda no mês de maio, sem qualquer tipo de informação e inclusão.

**5.3.** O conselheiro Cássio Cunha Araújo disse que já tinha comunicado aos colegas sobre o movimento estudantil, da base e intercampi, que conseguiu aprovar a inclusão de pauta sobre assistência estudantil e EDIUNI. Salientou que a representação considera uma prioridade, mas que, se tiverem a garantia de que os assuntos serão tratados em reunião extraordinária ainda neste mês, sentem-se contemplados. O conselheiro Gabriel pediu que firmassem o compromisso de formar um comissão só de discentes para tratar do EDIUNI e de uma reunião com representação de discentes de todas as Unidades, a fim de tratar dos auxílios e reajustes que, segundo ele, foram aprovados na sombra. O Presidente interrompeu dizendo que o conselheiro está tentando interferir e fazer gestão; que, em relação ao EDIUNI, não há interferência do CONSUNI, pois esta é uma autonomia do movimento estudantil. O conselheiro Cássio explicou que querem o apoio da Gestão no sentido de fornecer transporte e ajudar no contato com as direções dos campi, que, até o momento, se disponibilizaram para sediar o evento. Salientou, entretanto, que a prioridade é a pauta sobre assistência estudantil. O Presidente explicou aos

conselheiros que os assuntos estudantis devem sempre ser tratados na Comissão Permanente de Política e Assistência Estudantil, criada neste Conselho justamente para esse fim e que, por isso, não precisa ficar dependente do CONSUNI. O conselheiro esclareceu que haviam solicitado essa reunião com a PRAEC e a PROPLAN, porém que não houve resposta, e foram surpreendidos com a publicação dos valores. O pró-reitor Dilli disse que só na quinta e sexta passada tiveram a definição dos valores totais e que está sempre à disposição para todas as reuniões que a categoria considerar necessárias. Informou que a PRAEC conseguiu levar as representações de todos os campi a Porto Alegre, para participar do Encontro Estadual de Estudantes, que é uma preparação para os encontros nacionais; que os discentes têm todo o apoio. Finalizando, informou que entregaria a todos os diretores, para divulgação em todas as Unidades, o banner sobre o Programa Social Pedagógico, que já tem monitores em todos os campi e que é muito importante para a comunidade acadêmica.

**5.4.** Professora Silvana Gritti - Inclusão de alunos UAB/EaD na matriz OCC do Campus Jaguarão e revisão do modelo de política de assistência estudantil da UNIPAMPA. O Presidente disse que são pontos importantes para debate e lembrou que existe uma Comissão formada para tratar desse assunto e, posteriormente, trazê-lo para o pleno. Sobre o curso de Letras Institucional EaD, a conselheira disse que é um assunto tratado de longa data, inclusive com uma comissão formada a partir do Conselho de Campus, que tem se ocupado em analisar e discutir essa questão. Disse que recebeu um despacho da PROPLAN no qual se afirma que não era impossível de fazer, mas que teriam que provocar um debate com os demais campi, o que foi feito. Em seguida, formaram um grupo com alguns diretores, que entenderam que precisavam do conhecimento e da experiência dos coordenadores administrativos; que muitos pontos não puderam ser explicados, porque, embora também tenham se reunido com a PROGRAD para entender a dinâmica de oferta desse Curso, ainda há muitos pontos que precisam ser entendidos. Assim foi confeccionado um documento com as necessidades de trabalho e de responsabilidade para a Secretaria Acadêmica do Campus; que ainda falta dos outros setores e da biblioteca que causam um impacto importante no funcionamento do Curso. A conselheira fez a leitura do documento "Contribuições para Ofício sobre Orçamento", que está arquivado com os documentos da reunião. Solicitou que a assistência estudantil seja realmente prioridade para que não se corra o risco de extinção, sem a chegada de alunos na Universidade e para que agora, a partir da moradia estudantil, possam inclusive ser atendidas outras reivindicações. O Presidente disse que o outro assunto solicitado pela conselheira está ligado à CPPAE, que debaterá com todos os campi e, posteriormente com o Conselho, e que o cálculo da Matriz OCC está em discussão na ANDIFES e no FORPLAD e que envolve uma questão legal; que, apesar da autonomia universitária, ainda pode instituir algumas políticas de fomento, mas seguindo regramentos, pois, se há uma distribuição oriunda do número de alunos presenciais que é replicada aos campi, na hora de distribuir os recursos, não significa que não possa haver outra política institucional dentro dos recursos de manutenção. Salientou que as métricas dos cursos estão sendo discutidas; que a UAB, por exemplo, possui uma verba específica. Como encaminhamento, disse que podem elaborar uma proposta concreta para registrar na ANDIFES, neste momento em que se discute o orçamento. Sobre a assistência estudantil, o encaminhamento é juntarem-se a CPPAE e, posteriormente trazerem a este Pleno. Na sequência, a pró-reitora da PROPLAN Viviane Gentil explicou que a Matriz OCC é composta pela Portaria MEC no 651/2013, quando foi atualizada pela última vez, e trata da distribuição de recursos entre as universidades e está sendo discutida para atualização dentro do Ministério há bastante tempo, especialmente porque hoje há outros indicadores essenciais além da EaD; há ainda a curricularização da extensão como algo

relevante; que essa matriz aponta o chamado aluno equivalente, que é quem manifesta o cálculo para o valor dessa matriz orçamentária, além da quantidade de cursos diurnos, noturnos, cursos de licenciaturas ofertados, tempo de duração dos cursos, também os indicadores de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação. Com base nesse aluno equivalente, é feita a distribuição orçamentária às instituições. Disse que é uma falha essa matriz não considerar o aluno da EaD, por isso a discussão está na ANDIFES e no FORPLAD; que, no ano passado, a PROGRAD, a PROPPI e a PROPLAN, junto com o MEC, participaram de ações específicas que discutiam essas questões; que, também em 2022, junto com o CNE, foram feitas algumas normativas, decorrentes da própria pandemia e, entre os avanços, teve a questão digital, quando a DTIC participou de algumas reuniões, quando fizeram algumas adesões institucionais; que tiveram êxito nas avaliações EaD institucionais, e tudo isso contribuiu, no ano passado, para que a PLOA 2023, que aconteceu em julho de 2022; disse que a Universidade solicitou credenciamento e foi contemplada com o orçamento do plano chamado “Políticas Institucionais EaD”, que significou uma grande conquista. Salientou que deverá ser formada uma comissão para fazer um projeto que destine essa verba obtida e que esse projeto orçamentário de uso será analisado pelo MEC. Explicou que também tivemos êxito com a inclusão do projeto da DAIINTER referente a internacionalização e que essas foram duas grandes conquistas para a UNIPAMPA. O Presidente lembrou que a UNIPAMPA tinha o REUNI, uma verba federal específica que as novas universidades receberam até completarem 10 anos, e agora o movimento é para as universidades supernovas; que a discussão passa por dois debates, a matriz e um olhar diferenciado para as universidades que deveriam estar mais consolidadas. O conselheiro Renato Costa falou da importância de discutirem as diferenças internas dentro Universidade e que o estudo apresentado pela conselheira Silvana demonstrou claramente isso; que, quando a Universidade foi criada, havia como que uma setorização, cada campus seria de uma área específica e que isso causa distorções; que, se a distribuição da Matriz OCC continuar assim, não conseguirão resolver a distorção, haja vista a demonstração da conselheira Silvana, três dos dez campi recebem mais de 50% do orçamento, e que, não fosse a limitação de distribuição direta da Matriz OCC, a proposta apresentada pelo Campus Jaguarão seria uma ótima solução para reduzir a desigualdade. A conselheira Cheila Stopiglia manifestou-se em relação ao grupo de diretores que formou uma comissão que deliberou diferente do que foi apresentado pela conselheira Silvana; que o deliberado foi que não viriam para o CONSUNI discutir e tentar brigar pelo recurso destinado à manutenção, que é muito pequeno, pois todos os campi têm necessidades, e não é isso que está em pauta. Salientou que todos entendem a importância das licenciaturas e sentiu-se contemplada com a fala da conselheira Viviane sobre a EaD; disse que não é possível comparar um campus que tem 2.500 alunos e necessita muito mais material de consumo com um campus com 300 alunos, e que o recurso vem com base no número de discentes, além de a Matriz OCC prever um valor para cada curso, conforme a complexidade. A conselheira disse concordar que é preciso pensar em políticas que beneficiem e fortaleçam as licenciaturas. Em relação aos cursos da UAB, a conselheira explicou que o valor vindo para cada aluno é muito maior do que vem para um aluno da área da Saúde, que é o que mais capta recurso em relação à manutenção e, já que vários campi têm cursos da UAB, pensa que devem sair daqui fortalecidos e tentando organizar que esse recurso da UAB também possa ser usado na manutenção; disse que a conselheira Silvana não vê isso porque o recurso da Universidade Aberta do Brasil não é discutido no campus, que há um acordo direto da Coordenação da UAB com os coordenadores dos cursos da UAB; que o recurso vai de forma indireta, mas que as direções não têm conhecimento disso e, por isso, devem se organizar para que todos campi que tiverem cursos da UAB possam participar também dessa gestão e pensarem em políticas que

beneficiem as licenciaturas. Na sequência, o conselheiro João Pablo disse que esse grupo precisa terminar o trabalho antes de deliberarem; que o mapeamento de atividades é interessante, mas que os polos não fazem somente aquilo e que, por baixo, Alegrete tem 25% dos alunos do Curso de Letras EAD e que estes usam a Secretaria e as dependências do Campus; que é preciso amadurecer a ideia e, ao término do estudo, levarem-na ao MEC, para que percebam que os alunos da EAD também precisam de investimento. O pró-reitor da PRAEC, conselheiro Dilli, sobre a assistência estudantil, lembrou que, por uma ação da Gestão, já são três moradias estudantis disponibilizadas e com previsão ainda para Alegrete, São Borja e Bagé; que ainda há muito a ser realizado; explicou que PNAES é um decreto e que o FONAPRACE está trabalhando para que vire lei. Com relação aos editais, disse que são necessários, pois regularizam e tornam os processos democráticos, por isso devem ser aplicados a todas as moradias estudantis. O conselheiro José Guilherme lembrou que, na gestão anterior, havia, na ANDIFES, uma comissão que colocava em discussão o fator da Educação do Campo; que, conforme estudos feitos pela PROPLAN, a gestão anterior a LeCampo na UNIPAMPA é totalmente sustentável em relação aos cursos das universidades da região Norte do País e solicitou que, para serem coerentes com a discussão realizada na parte da manhã, busquem aumentar o orçamento destinado à educação, a fim de que os nossos estudantes de unidades menores tenham todos as mesmas condições dos estudantes dos campi maiores e que os cursos, que são deficitários, também garantam o direito de existência; que possamos acolher mais populações vulneráveis. O conselheiro demandou à Presidência que leve como pauta à ANDIFES a mudança de fator do Curso de Educação do Campo, o aumento do orçamento ou uma verba específica para as demandas da LeCampo, que está sendo discutida no MEC. Como esclarecimento, a conselheira Silvana disse que são dois movimentos distintos: um desencadeado pelo campus, com os diretores e coordenações administrativas, para incluir os alunos do Curso de Letras EAD na Matriz OCC e que teve como encaminhamento trazer o debate para o CONSUNI, porque entendiam que essa é uma tarefa de definição política da Instituição e, nesse sentido, deu razão à conselheira Cheila. Frisou que, no início da sua fala, disse que os documentos apresentados se referiam a um dos impactos já como decorrência da reunião com os diretores e que o primeiro documento lido foi produzido internamente no campus e não foi apresentado naquela reunião porque ainda não estava finalizado e que sintetizou uma discussão de, no mínimo, dois anos; o outro é para uma divisão orçamentária mais equânime entre as Unidades. O conselheiro Franck Peçanha disse que, pela fala da conselheira, ficou com a impressão de que as decisões do curso não passam pela Comissão, nem pelo Conselho do Campus, e não têm o conhecimento da Direção e sugeriu que a PROGRAD encaminhe orientação às coordenações de cursos, que a Direção seja sempre comunicada dessas decisões. O conselheiro Arthur Domingues questionou se a Gestão tem ou não autonomia para definir o direcionamento interno conforme especificado pela conselheira Silvana; disse que os recursos não são para construir prédios, mas para manutenção das Unidades. Sobre a assistência estudantil, disse que, embora o pró-reitor Dilli e o Presidente do Conselho tenham se manifestado sobre a distribuição de outros recursos para suprir essa demanda da assistência estudantil, mais importante que dizer é a Gestão assumir o compromisso de mostrar didaticamente com números esse direcionamento de recursos; que é complicado lutar por aumento de verba e pelo movimento estudantil em prol de uma causa e percebem que, em alguns momentos, uma apropriação da força estudantil que deveria ser direcionada para a luta estudantil sendo movimentada em prol de outros interesses políticos. Salientou que estão em ano político, e, nos grupos que debatem o assunto, só se escuta que há uma inação proposital e intencional e até desvios de recursos, que, em algum grau, estaria justificando não alterar além de R\$ 51,00 (o que é muito insuficiente) e, se essa insuficiência tiver de ser tratada com o MEC



pelo movimento estudantil para a aumento do PNAES ou conversar com a Reitoria para melhor direcionar os recursos, é preciso ficar muito claro, por isso propõe à PRAEC que divulgue, na sua página, os gráficos apresentados aos conselheiros discentes em linguagem bem simples e entendível. Finalizando, disse que a correção feita por um conselheiro em relação à fala do conselheiro Gabriel acerca de "ser um erro histórico considerar que os recursos econômicos e materiais são a base, o fundamento", o conselheiro pensa ser um "conserto histórico", uma vez que o machismo, a "LGBT fobia", o racismo estrutural e todos os preconceitos são gerados, fundados e determinados pela materialidade econômica e que, em nome dessa materialidade econômica, precisam ser muito transparentes para não cometerem injustiças com quem afirma que não está deixando de conceder um aumento porque faz esta escolha política, e sim porque está fazendo uma escolha técnica, com base nos recursos que se tem em mãos para direcionar a força de 12 mil pessoas com o mesmo interesse. O Presidente disse acreditar que o conselheiro não teve a intenção, mas que é preciso ter cuidado com as falas, pois falar em desvio é muito grave. O conselheiro Arthur disse que entende o argumento colocado pela Gestão, mas que, muitas vezes, tem dificuldade de falar com a base de demonstrar isso para os colegas; que o próprio Presidente se sente injustiçado quando recebe um ataque injustiçado, como se ele, como pessoa, intencionalmente, tomasse cartas decisões, por isso solicita publicações claras e que todos entendam o porquê dessa tomada de decisão, evitando, assim, narrativas errôneas que se constroem. O Presidente agradeceu e disse acreditar que a intenção do conselheiro não foi acusar e que aceita as críticas em relação as tomadas de decisões, mas que todos sabem o significado da palavra "desvio", e não pode conceber isso; solicitou que as pessoas denunciem para que possa se defender como Reitor, que não pode admitir que a sua honestidade, até porque a Instituição tem vários órgãos de fiscalização, e a Gestão é regularmente auditada por esses órgãos, e salientou que o recurso vem pelo quantitativo de alunos e que isso precisa ser respeitado. A seguir, a conselheira Nádia Bucco solicitou que a Gestão busque, no MEC, uma suplementação de orçamento para o único curso em regime de alternância da Universidade, pois o recurso recebido está inviabilizando o curso. Explicou que a LeCampo é, realmente, um curso diferenciado e que basta ver a matriz, o público e a necessidade de atendimento nos locais onde os docentes precisam estar com os alunos; que só mexer na métrica não é suficiente e que o MEC precisa entender a necessidade de complementar esse recurso e solicitou que a Gestão busque, no Ministério, uma resposta às solicitações encaminhadas anteriormente. A conselheira também comentou que o campus tem três cursos que precisam se deslocar para atividades de ensino; que precisam de instalações zootécnicas, diferentes instalações para o Curso de Enologia e que a LeCampo atenda o regime de alternância para o tempo comunidade. Também comentou que é preciso um cuidado especial com a manutenção da frota, pois estão tendo muitos problemas no campus, o que é desconhecimento da Gestão uma vez que sempre recorrem a esta.. Também comentou que é preciso um cuidado especial com a manutenção da frota, pois estão tendo muitos problemas no campus, o que é de conhecimento da Gestão uma vez que sempre recorrem a esta. A conselheira reforçou pedido de que a Reitoria providencie um documento e leve em mão ao MEC para solicitar a recomposição do orçamento com um valor que atenda a Licenciatura em Educação do Campo. Finalizou cumprimentando a todos os envolvidos com o Curso de Enologia, o primeiro e único, avaliado com nota 5 no MEC. Em resposta à fala do conselheiro Arthur, a pró-reitora Viviane explicou que o Relatório de Gestão aprovado na última reunião extraordinária possui o detalhamento completo de todos os recursos da Universidade e onde foram aplicados, sendo que há 4 anos a Universidade não recebe nenhum apontamento do TCU, que é o órgão controlador da União, além da AUDIN, que também faz fiscalizações frequentes nas situações internas da Instituição e, em caso de apontamentos, imediatamente são

regularizados. A conselheira ressaltou que estão apresentando o orçamento 2023 e debatendo as dificuldades com todos os dirigentes, mesmo com a suplementação; colocou-se à disposição para realizar a mesma explanação, se assim os conselheiros desejarem e informou que todas as pró-reitorias estão apresentando seu respectivo planejamento interno de execução das suas atividades. A conselheira esclareceu que há dois modelos de ofertas EAD na Universidade: um pelo programa CAPES/UAB, oferecido em todas as universidades federais, com alunos da graduação e pós-graduação, com recursos recebidos diretamente dessa agência governamental, para que sejam aplicados pela comissão gestora da UAB na Instituição, especificamente nos planos de trabalho apresentados por curso e que são atendidos por docentes bolsistas, o outro modelo é o Letras EAD/Institucional, o único da UNIPAMPA, e que possui 5 polos Institucionais atendidos por docentes do nosso quadro de servidores; que é preciso diferenciar esses três níveis de debates, Matriz OCC dos cursos presenciais, EAD/Institucional e UAB/EAD. O Presidente informou que, na próxima, semana irá à Brasília representando a ANDIFES, na questão das quotas, com o Presidente do FONAPRACE, para tratar de assistência estudantil e aproveitará para marcar agendas que tratem das demandas feitas pelos conselheiros e solicitou à conselheira Nádia que o instrumentalizasse para chegar lá bem apropriado do tema. O conselheiro Leandro lembrou que hoje é o dia do Cientista Político no Brasil e aproveitou para pedir uma salva de palmas para a categoria, no que foi prontamente atendido.

**5.5.** A conselheira Cássia Nespolo solicitou esclarecimentos sobre o funcionamento da Editora da UNIPAMPA e de seu respectivo Conselho Editorial. A pró-reitora Viviane Gentil fez um breve retrospecto sobre a criação da editora e sobre a revogação do regimento; falou da criação de um GT para consolidar digitalmente a Editora na Instituição; que esse GT tem reunião para a próxima semana, quando tratarão das medidas contratuais necessárias às publicações, onde constarão nome da UNIPAMPA, e, para tanto, deverá existir uma estrutura de avaliação das publicações por pareceristas para aceite da publicação e recebimento do selo editorial da Editora da UNIPAMPA. Comunicou que, neste ano, há reserva orçamentária para aquisição e pagamento de DOI (digital object identifier) e da inscrição na Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU). Disse que, após a aprovação de todas essas etapas, espera-se que haja um edital de fluxo contínuo, a princípio para publicações digitais; que, com essa mudança, a Editora passa ser uma Unidade da UNIPAMPA, podendo receber e captar recursos. O conselheiro Renato lembrou aos conselheiros como a editora foi criada; disse que participou da comissão de instalação e que diverge do entendimento da pró-reitora, pois o regimento era sim funcional, diferente da vontade da gestão à época; que o regimento foi criado de modo que o órgão tivesse autonomia e independência. Comentou que havia o comprometimento daqueles gestores para funcionamento da editora, porém que nada foi feito, resultando nesse descarte e abandono do referido órgão. A seguir, o conselheiro Altacir reforçou a manifestação do conselheiro e afirmou que o maior problema era a falta de orçamento para o setor; que trabalharam muito e que havia edital pronto e com data para publicação de obras para contar a história dos 10 anos da Universidade e que tudo isso se perdeu. Disse que, embora a PROEXT bancasse os custos das reuniões, a falta de orçamento próprio prejudicou todo o trabalho até então realizado. Falou da importância de haver recursos financeiros e humanos para que, de fato, o órgão possa iniciar o funcionamento.

**5.6.** Na sequência, o professor Altacir Bunde expôs sobre a requisição de professores por parte de alguns órgãos do governo federal, como o CADE, fato que impacta na distribuição de carga horária dos docentes e na qualidade dos cursos; solicitou providências da Instituição perante o CADE e leu um documento que

integra os registros desta Sessão, com a solicitação de que o referido documento seja levado ao MEC para uma solução imediata: para que o CADE libere as nossas servidoras ou que o Ministério libere códigos de vagas e autorize novos concursos. O conselheiro ainda levantou a questão de que, se os PPCs forem aprovados, não conseguirão implantar mais disciplinas e as ações de extensão, uma vez que a carga horária dos professores substitutos é de 20 horas, e, assim, só conseguem se dedicar ao ensino; por isso, também solicita que seja liberada a contratação de professor substituto com regime de 40 horas.

**5.7.** Continuando, o conselheiro Altacir deu ciência da solicitação da Coordenadora do Curso de Gestão Pública sobre a revisão da Resolução nº 268, revogada pela Resolução nº 329, que impede que alunos do primeiro semestre realizem estágios. Explicou que a Resolução nº 329 exige que os alunos tenham cursado um semestre para que, só então, possam estagiar até mesmo em estágios não obrigatórios; que muitos já estão estagiando e outros tantos por iniciar, sem que a Coordenadora possa assinar, porque a Resolução não permite; ressaltou que o estágio capacita os alunos ainda mais para o mercado de trabalho e ainda concede uma bolsa que os auxilia muito, ainda mais na atual situação. Disse que a Coordenação do Curso já está em contato com a PROGRAD e solicitou que haja agilidade nesse processo para que os alunos possam se beneficiar com os estágios ofertados para o Curso.

Em resposta à questão da requisição de docentes, o Presidente informou que o assunto está sendo tratado na ANDIFES, mas que agora, com a troca de governo, o assunto será retomado; que a Gestão já vem tratando com a SESu a liberação das vagas anteriormente pactuadas e também essas demandas sem data de retorno dos servidores cedidos, que, independente da ação individual da UNIPAMPA, está sendo articulada via ANDIFES, uma vez que está atingindo a todas as universidades. O Vice-presidente informou que solicitou à PROGEPE um levantamento do quantitativo necessário de servidores docentes e TAEs para a Universidade, cujo resultado foi levado à Secretária da SESu, quando foi informado que a Secretaria está fazendo uma resenha geral para apresentar ao atual governo, a fim de que seja criada uma política de distribuição de vagas. Saliou que, para entenderem a gravidade da situação, é preciso registrar que a SESu tem dívidas mais antigas, que são as vagas para Medicina, Direito e, nesta ordem há, ainda, as vagas do Curso de Engenharia Agrícola do Campus Alegrete, compartilhado com o Instituto Federal Farroupilha em contrapartida aos subsídios orçamentários para investimentos e mais servidores prometidos pelo governo federal, que nunca foram liberados. Disse que o número é bem elevado, entretanto, até o momento, sem encaminhamento por parte da SESu, a liberação de novos códigos de vagas, porém, que aguardam, realmente, por essa política de distribuição de códigos de vagas. Disse que a situação fica ainda mais grave quando chegam essas solicitações de cedências, que não podem ser negadas. Sobre a reposição de vagas, o Presidente falou da importância de ações protocoladas, pois, na ocasião, quando chegou ao MEC, as pessoas tinham em mão as pactuações anteriores e faziam contas para verificar quantas vagas ainda faltavam ser preenchidas, o que significa uma apropriação bem atualizada; que a situação mais difícil é dos técnico-administrativos que não têm substituto e que há uma discussão na ANDIFES já anteriormente, na qual existia essa possibilidade. O conselheiro Alexandre Xavier questionou se é um problema que ocorre em todas as universidades, com o que o Presidente assentiu. A conselheira Luciana Benetti disse que também há o problema de acompanhamento de cônjuge, que causa um enorme impacto no ensino e nas tarefas desenvolvidas por técnico-administrativos, por isso é importante que a Universidade tenha uma política para amenizar essa problemática. O pró-reitor da PROGEPE, Edward Pessano, disse ser esta uma questão de relevância e que vem sendo discutida há algum tempo e que o PGD foi discutido como uma alternativa em virtude da oferta de teletrabalho em outras instituições; que, embora o número tenha diminuído, esse

êxodo continua dentro das unidades acadêmicas; que o que determina essa cedência por requisição são dois documentos emitidos pelo governo anterior e que atinge a todas as universidades, principalmente a UNIPAMPA, que, em razão do tempo de criação, acaba sendo observada como uma área de solicitação e requisição muito grande, principalmente de órgãos do governo federal, como o CADE; que algumas requisições são irrecusáveis; solicitou aos gestores das Unidades que, ao receberem a solicitação, façam o encaminhamento à PROGEPE, que não decidam em primeira instância no campus, porque contraria tanto o Decreto quanto a Portaria; disse que a Universidade tem hoje um déficit de 264 TAEs e 69 docentes que já estão acordadas com o Ministério, faltando somente a liberação dessas vagas. Disse que só não conseguem atender com a contratação de professores substitutos quando a cedência acontece por cooperação técnica; que há alguma dificuldade quando o afastamento é por motivo de saúde, pois o retorno do servidor pode acontecer a qualquer momento e que hoje não há previsão legal para substituição de TAEs. Salientou que os órgãos estão realizando processos seletivos para atrair outros servidores e que os nossos colegas se inscrevem e, ficando na classificação, são requisitados; que a requisição não é irrecusável, mas é impessoal. Informou que estão contatando pessoas em Brasília para que essa portaria seja revertida. Sobre acompanhamento de cônjuge, o Presidente explicou que devem revisar os casos, a fim de verificar o objeto do pedido. Sobre a questão dos estágios, a pró-reitora da PROGRAD explicou que a Resolução 329 substituiu a no 268 e que a demanda não havia chegado até a PROGRAD, porém que agora já foi encaminhada pela docente, que é uma demanda simples e que o diálogo será retomado, entretanto, que, quando do estudo para a proposta e tramitou por todas as Unidades, houve a concordância de que era necessário o discente tivesse algum conhecimento antes de iniciar o estágio, porém que, se as Unidades tiverem o entendimento que isso pode ser alterado, a sugestão será encaminhada para análise da CSE. Finalizando, o conselheiro Altacir sugeriu dois encaminhamentos: uma carta ao CADE para que este assunto seja revisto com a maior brevidade e sobre a possibilidade de contratarem professor substituto com 40 horas. O conselheiro ficou encarregado de preparar o documento, a fim de que o Presidente o faça chegar no órgão competente, em Brasília, com o que todos os conselheiros concordaram.

**5.8. TAE Alexandre Villas Bôas** - moção de repúdio quem como escopo o manifesto da Associação Nacional de Professores de História, seção RS (ANPUHRs). O conselheiro fez a leitura do manifesto da Associação, que integra os documentos da reunião, para conhecimento dos conselheiros, e solicitou que seja divulgado na página do Conselho.

Resultado: aprovado por UNANIMIDADE.

O conselheiro José Guilherme pediu a palavra e solicitou uma nota de pesar pelo falecimento da professora Conceição Paludo, pesquisadora e militante em defesa da Educação Popular, da Educação do Campo e da Educação de Jovens e Adultos, com o que os conselheiros concordaram. O conselheiro ficou responsável pela elaboração da nota e pelo envio à Secretaria do CONSUNI para publicação. Os conselheiros concordaram com a emissão da nota de pesar, e o conselheiro proponente ficou com a responsabilidade de escrevê-la e encaminhá-la à Secretaria.

## **6. Apreciação de atas:**

Os itens **6.1 a 6.5** foram votados em bloco.

**6.1. Origem:** Secretaria do CONSUNI. **Objeto:** Ata 108 RO 15/12/2022 aprovada com abstenção dos conselheiros Leandro Conde, Franck Peçanha, César Cristaldo, Bárbara Noronha, Mauro Oviedo e Hêlvio Rech.

**6.2. Origem:** Secretaria do CONSUNI. **Objeto:** Ata 109 RO 09/02 aprovada com abstenção dos conselheiros Silvana Gritti, Leandro Conde, Franck Peçanha, Altacir Bunde, Cássia Nespolo, César Cristaldo, Daniel Hanke, Rodrigo Pinheiro, Mauro Oviedo, Hélivio Rech e Roberlaine Jorge.

**6.3. Origem:** Secretaria do CONSUNI. **Objeto:** Ata 49 RE 15/12 aprovada com abstenção dos conselheiros Leandro Conde, Franck Peçanha, César Cristaldo, Bárbara Noronha, Mauro Oviedo e Hélivio Rech.

**6.4. Origem:** Secretaria do CONSUNI. **Objeto:** Ata 50 RE 11/01 aprovada com abstenção dos conselheiros Leandro Conde, Franck Peçanha, César Cristaldo, Mauro Oviedo e Hélivio Rech.

**6.5. Origem:** Secretaria do CONSUNI. **Objeto:** Ata 51 RE 27/03 aprovada com abstenção dos conselheiros Silvana Gritti, Leandro Conde, Franck Peçanha, César Cristaldo, Daniel Hanke, Mauro Oviedo, Hélivio Rech, Carina Brum e Bárbara Noronha.

Ausente no momento da votação a conselheira Viviane Gentil.

## **7. Comissão Superior de Ensino (CSE):**

O Presidente sugeriu votação em bloco da seguinte forma: 7.1 7.2 e 7.3 todos da pós-graduação e depois 7.4 até 7.10 referentes aos cursos de graduação.

**7.1. Processo:** 23100.022389/2021-54. **Origem:** Campus Jaguarão. **Objeto:** Proposta de novo Regimento do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU). **Parecer CSE:** Favorável à aprovação.

**7.2 Processo:** 23100.016525/2021-77. **Origem:** Campus São Borja. **Objeto:** Proposta de novo Regimento do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Indústria Criativa (PPGCIC). **Parecer CSE:** Favorável à aprovação.

**7.3 Processo:** 23100.021600/2021-11. **Origem:** Campus Bagé. **Objeto:** Proposta de novo Regimento do Programa de Pós-graduação em Ciências e Engenharia de Materiais (PPCEM). **Parecer CSE:** Favorável à aprovação.

**7.4 Processo:** 23100.016047/2022-86. **Origem:** Campus Santana do Livramento. **Objeto:** Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Bacharelado. **Parecer CSE:** Favorável à aprovação.

**7.5 Processo:** 23100.017772/2022-71. **Origem:** Campus Dom Pedrito. **Objeto:** Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências da Natureza, Licenciatura. **Parecer CSE:** Favorável à aprovação.

**7.6 Processo:** 23100.025276/2022-91. **Origem:** Campus Alegrete. **Objeto:** Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciência da Computação, Bacharelado. **Parecer CSE:** Favorável à aprovação.

**7.7 Processo:** 23100.022163/2022-34. **Origem:** Campus Uruguaiana. **Objeto:** Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina Veterinária, Bacharelado. **Parecer CSE:** Favorável à aprovação.

**7.8 Processo:** 23100.020977/2022-34. **Origem:** Campus Jaguarão. **Objeto:** Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnológico. **Parecer CSE:** Favorável à aprovação.

**7.9 Processo:** 23100.023523/2022-15. **Origem:** Campus Jaguarão. **Objeto:** Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de História, Licenciatura. **Parecer CSE:** Favorável à aprovação.

**7.10 Processo:** 23100.020999/2022-02. **Origem:** Campus Jaguarão. **Objeto:** Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Produção e Política e Cultural. **Parecer CSE:** Favorável à aprovação.

O conselheiro Mauro Oviedo solicitou esclarecimentos acerca dos PPCs, lembrando que, em outubro, na reunião do Conselho do Campus Itaqui, era urgente a aprovação desses projetos, já que havia uma data limite imposta pela Reitoria. Para dirimir as suas dúvidas, a fim de votar com segurança, solicitou que esclarecessem: se a data limite já passou; se esses PPCs já estão sendo utilizados em 2023 sem a aprovação neste Conselho e, em negativa à primeira questão, com o uso desses PPCs, se estão agindo dentro da legalidade. O Presidente esclareceu que a CSE ainda está dentro do prazo, caso contrário, teria sido por ad referendum. A pró-reitora da PROGRAD, conselheira Shirley Nascimento, explicou que, até dezembro, tinham de atualizar todos os PPCs com a curricularização da extensão, o que foi feito. Entretanto, alguns PPCs, mesmo após a inserção da curricularização, ficaram com problemas de formatação, de ajustes de correção, de terminologias e, então, pactuaram entre as coordenações acadêmicas e a CSE que fariam a oferta 2023/1 com a grade curricular atualizada, e todo o primeiro semestre foi atualizado, mas que continuariam fazendo as correções de forma para que nenhum PPC ficasse desatualizado ou com tabelas sem formatação, publicados na estrutura da Universidade. Disse que esses PPCs trazidos agora tinham apontamentos próprios, como o de Economia, que algumas disciplinas tinham os objetivos gerais e não tinham os específicos; uma divergência de entendimento entre o NPPC e o curso, então a CSE resolveu e o curso atualizou; que, por isso, em dezembro, todos os PPCs foram atualizados conforme a normativa maior que veio do MEC, que é a curricularização da extensão. A pró-reitora confirmou que a oferta 2023/1 está sendo feita com a grade curricular atualizada e com esses ajustes; disse ter o entendimento de que as estruturas dos PCCs não foram alteradas e que todos tiveram a aprovação da Comissão Superior de Ensino. A pró-reitora agradeceu e elogiou a pergunta do conselheiro externo, que demonstra um grande conhecimento da estrutura da Universidade. A conselheira reforçou que a Universidade está em consonância com a determinação do MEC e que todos passaram e foram aprovados pela CSE e que, quando são alterados o número de semestre ou alguma coisa de ementário, o processo vem para aprovação do CONSUNI, mesmo aprovado pela CSE, e que estranhava, pois esse tipo de matéria sempre era apreciado em bloco. Na sequência, o conselheiro Vinícius, que é docente no Campus Itaqui, explicou que o conselheiro Mauro está bem esclarecido, porque, na reunião do Conselho de Campus, foi solicitada a prorrogação de prazo para o PPC do Curso de Nutrição, a fim de finalizar os ajustes que estavam sendo realizados, e, naquele momento, foi instalada a urgência, inclusive com a retirada de algumas modificações em razão dessa falta de prazo; que a surpresa são PPCs não aprovados em dezembro e em funcionamento sem ao menos terem sido aprovados por ato ad referendum; que poderiam ter dado mais tempo, já que, conforme a pró-reitora, o PPC poderia entrar em vigor sem a aprovação do CONSUNI; que a questão é o impedimento de que os PPCs pudessem continuar a ser discutidos e atualizados e, se existia a necessidade de que fossem aprovados até dezembro, todos deveriam ter sido, por ato ad referendum ou aqui no Conselho; se não, a exigência de que fosse até o fim de dezembro estava equivocada; que quatro meses a mais era tempo suficiente para que esse PPC do Campus Itaqui fosse finalizado, cuja pauta específica desse projeto era a extensão, pois, no parecer do campus, constava que a extensão tinha de ser revista da forma como estava, que era só em componentes curriculares e, por conta do prazo, foi feito algo extremamente acelerado; que a informação apurada do conselheiro Mauro talvez seja por conta desse debate no Campus Itaqui e disse também considerar esta

pauta descompassada com o que foi colocado para todos os demais cursos do campus. A pró-reitora disse que era importante destacar que a chefia imediata dos coordenadores de curso é a Coordenação Acadêmica e que, embora a PROGRAD tenha dialogado muito com as Unidades, na próxima reunião, ainda haverá PPCs encaminhados para análise deste Conselho com esse tipo de ajuste não estrutural, mas de correção de forma; salientou que todos os cursos que necessitaram de tempo solicitaram e esse tempo foi dado, tanto que essas atualizações datam do cronograma de 2019, e, por isso, sente-se até constrangida de expor este assunto em uma reunião aberta, para que as comissões de cursos e os NDEs fizessem as atualizações dos PPCs; que até se sugeriu que fossem feitas ordens de serviço, não da PROGRAD mas das chefias imediatas das comissões de cursos, a fim de realização do trabalho. O conselheiro Alexandre Xavier também questionou se esses PPCs na pauta já estão vigentes mesmo sem aprovação por este Conselho Superior. O conselheiro João Pablo explicou que os PPCs têm fluxos diferentes, dependendo da alteração, fica no campus e já vai para publicação; quando há aumento de duração, é encaminhado para aprovação no CONSUNI, por isso não é a totalidade dos PPCs que está vindo. O conselheiro Alexandre questionou se algum desses PPCs debatido hoje teve aumento de carga horária e, se sim, se já foi implementado. A pró-reitora Shirley voltou a esclarecer que todas as ofertas 2023/1 estão sendo feitas com os PPCs atualizados; que ainda há cinco PPCs do Campus São Gabriel sob análise na norma, forma e estrutura gramatical; que todos que tiverem "fluxo 3" chegarão ao Conselho e, que sim, que a oferta sendo feita com a grade atualizada com a curricularização, pois, se matriculassem os alunos 2023/1 com a grade desatualizada, estariam infringindo a resolução da curricularização, uma lei maior do MEC. O conselheiro Alexandre disse que entende, mas que os PPCs deveriam ter sido aprovados por ato ad referendum segundo a normativa da PROGRAD. A pró-reitora disse que tiveram um entendimento diferente pela excepcionalidade do momento, quando tiveram de atualizar 77 PPCs, considerando que havia PPCs sem atualização de 2010 e 2011, então que podem imaginar o que mudou em termos de registro documental nesse período; que não foi um trabalho simples e que tiveram um entendimento diferente. O conselheiro Alexandre insistiu que, para segurança jurídica, para os discentes, esses PPCs deveriam ter sido aprovados por ato ad referendum, independente de aumento de carga horária ou não, segundo as normativas internas. A conselheira Shirley lembrou que uma oferta não inicia quando o semestre começa, mas muitos meses antes e que, se fizessem uma oferta na grade antiga, teriam de mantê-la até o final; que, por isso, o entendimento da CSE foi de ofertarem; que, inclusive, há um ofício encaminhado às Unidades com essa orientação. O conselheiro Hélio Rech fez coro às manifestações anteriores em relação à segurança jurídica, salientando que, da maneira que o assunto foi abordado, a Universidade está sem amparo legal e que todos os PPCs que precisam passar pelo CONSUNI e que vieram fora do prazo deveriam ter sido aprovados pelo Reitor por ato ad referendum do Conselho Universitário. Na sequência, o conselheiro Altacir também questionou a legalidade do ato. O Vice-presidente Marcus Querol também corroborou as falas anteriores sobre a necessidade de os PPCs serem aprovados neste Conselho; disse que participa da Instituição desde antes da formação do Conselho Universitário e que isso nunca acontecera anteriormente, pois o CONSUNI é a instância máxima de decisão na Universidade; que, se há alteração de carga horária, isso é ainda mais grave, pois isso tem custo operacional; ressaltou que nenhuma comissão superior está acima deste Conselho e que, para emergências, existe a possibilidade de aprovar por ato ad referendum, se é regimental, precisa ser cumprido. Também comentou que as matrizes curriculares são flexíveis a fim de serem instruídas, dialogadas e aprovadas nas instâncias, e, por respeito a este Conselho, precisa fazer esse resgate. O conselheiro José Carlos disse ficar preocupado quando uma comissão se sente superior a este conselho máximo da Instituição, dando-se por

interpretação um poder que não tem no âmbito institucional; que o outro ponto preocupante é a segurança jurídica e, por isso, sugeriu que os PPCs sejam retirados de pauta e que se faça uma avaliação jurídica sobre a possibilidade de isso ser questionado judicialmente no futuro e, se válido, seja feito o ad referendum e, na próxima reunião, segue-se o fluxo normal para aprovação, como forma de evitar uma possível judicialização. A Pró-reitora lembrou que a oferta dos componentes curriculares dos cursos não ocorre na PROGRAD, mas era o Conselho de Campus e, a pedido das Unidades, por uma solicitação para acelerarem o processo neste último ingresso, após uma alteração na resolução, quem aprova é a Comissão Local de Ensino; portanto, se houve alguma irregularidade, aconteceu no âmbito das Unidades; disse não estar entendendo essa situação, pois as aprovações sempre aconteceram em bloco sem questionamento ao trabalho vindo da CSE e que, embora esteja à frente dessa comissão há apenas alguns meses, acompanha o trabalho há bastante tempo, por isso queria lembrar aos conselheiros que as ofertas foram aprovadas nas comissões locais de ensino das unidades acadêmicas e que essa discussão ocorreu com as coordenações acadêmicas e imagina que isso tenha sido dialogado nos campi com os coordenadores acadêmicos e coordenadores de curso. Disse não entender essa insegurança em relação em qual PPC o aluno está entrando. Dirigindo-se ao Presidente, disse que a sugestão do conselheiro José Carlos não é ruim, e que façam uma consulta sobre a legalidade do que foi feito pelas comissões locais de ensino com o entendimento da CSE e das orientações dadas; acha que isso é muito tranquilo que ocorra, porque os PPCs que estão aqui já estão rodando. O Presidente ressaltou que não podem ter qualquer dúvida, e que é preciso segurança ao votar. O conselheiro Altacir disse considerar necessária a decisão de votarem os PPCs; que, no caso específico de Ciências Econômicas, o curso passou de 4 anos e meio para 5 anos e que isso tem uma implicação de segurança; como poderão resolver isso se acontecerem futuros questionamentos jurídicos. A seguir, o conselheiro Mauro disse que estão todos juntos, tanto nos acertos como nos erros e reforçou que solicitou esclarecimentos para entender melhor os fluxos dos processos. A conselheira Shirley elogiou a atitude do conselheiro e enfatizou que, se houve algum erro, não foi do Reitor, pois tanto o Vice-reitor quanto os pró-reitores têm poder decisório em suas pastas; que, se houve erro de fluxo, foi da PROGRAD, que fez esse encaminhamento. Explicou ao conselheiro que, nesse sentido, estão discutindo o fluxo dos PPCs, que é diferente da oferta; que a Pró-reitoria de Graduação, no diálogo ocorrido em dezembro, entendeu com os campi que deveriam ofertar os novos PPCs, a fim de não ficarem irregulares com o MEC por uma normativa que deveria ter sido cumprida desde 2019; que, se houve transtorno - que não considera isso - ocorreu porque as comissões de curso não cumpriram o prazo e que a PROGRAD tem todos os registros de cobrança para que atendessem os prazos e os fluxos, o que não aconteceu. Por isso, em dezembro ouviu essa compreensão de que as ofertas já estavam organizadas nas unidades e seriam atualizadas nas matrizes. O conselheiro questionou se precisavam aprovar os PPCs hoje, ao que a pró-reitora respondeu que acolheria a sugestão do conselheiro José Carlos. O conselheiro pediu que desconsiderasse a sugestão, então a pró-reitora respondeu que seria o ideal, pois a polêmica já teria se encerrado com os PPCs aprovados com as matrizes rodando e estaria tudo certo. O conselheiro disse que a sua dúvida é em relação ao fato de implementarem algo que ainda não está valendo, que não foi aprovado pelo Conselho Universitário, somente foi aprovado nas Unidades. A pró-reitora explicou que, como dito anteriormente, as alterações estão sendo apreciadas e cada PPC tem o seu processo, que pode ser visualizado, não é dessa matriz da oferta feita para iniciar o semestre em 20 de março, pois os ajustes não implicam o que está sendo ofertado, mas o texto. E então, o conselheiro perguntou o que aconteceria se os PPCs fossem reprovados. A conselheira disse que teriam de



saber o motivo, uma vez que os processos chegam maduros para apreciação dos conselheiros; mas que, no caso de reprovação, o processo voltaria para o curso a fim de ser corrigido e retornaria ao CONSUNI. Então o conselheiro argumentou que, se não há a possibilidade de aprovado ou reprovado, não entende a necessidade de votação; que, se o objeto está lá atrás e não foi aprovado, não tem validade. Assim, perguntou se poderiam aprovar com data retroativa, o que lhe responderam que não era possível. O conselheiro, então, disse que estava errado terem aplicado os PPCs dessa forma. A pró-reitora voltou a explicar que os processos passaram por todas as instâncias e chegaram ao CONSUNI para um aval final das atualizações e disse não lembrar de algum PPC que não tenha sido aprovado neste Conselho. O conselheiro fez questão de esclarecer que só fez o questionamento pelo que ocorreu em Itaqui e agradeceu pelos esclarecimentos. A seguir, o conselheiro Franck Peçanha comentou que participou deste conselho por seis anos como representante docente e hoje representa a Pró-reitoria de Extensão; que não considera que as mudanças nos PPCs foram pequenas; que elas são a maior transformação do ensino universitário dos últimos 25 anos depois da Lei da Cotas; que mudaram muito e todos que participaram entendem as mudanças; que a questão levantada não é só de fluxo, mas de respeito ao Conselho Universitário. O conselheiro levantou três pontos: que é direito e obrigação de qualquer membro do Conselho fazer questionamentos e é preciso responder; o outro é dizer que a culpa é das comissões locais de ensino, motivo pelo qual está se manifestando, é extremamente injusto e não verdadeiro; depois dizer que a culpa é das comissões de curso, novamente, a culpa é de docente que está na ponta e não cumpriu a função. Saliu que pode ter havido atraso, mas dizer que quem decide o lançamento é a comissão local de ensino não é fato, que todos sabem disso; que o ofício de dezembro de 2022 orienta a fazerem o lançamento, dessa forma não dá para vir no CONSUNI e dizer que a culpa é da comissão local de ensino, da comissão do curso; que o justo seria dizer "a gente precisava ter aprovado" ou reconhecer que o trâmite normal seria o ad referendum do qual ninguém negaria a aprovação; disse que não existe, no Conselho Universitário, a leitura de "a gente decide, e o Conselho aprova depois"; que pode parecer filigrana, mas não é, ela faz a Instituição valer como ela existe, o Conselho valer como ele existe. Disse que entende que as coisas existem após serem aprovadas neste Conselho Universitário, que nenhuma resolução existe antes de ser aprovada; que o Curso de Veterinária aumentou o número de semestre e diminuiu o número de vagas por semestre, e isso não foi uma pequena alteração. Saliu que o mais justo seria ter chegado aqui e ter dito que, por diversos motivos, não conseguiram aprovar antes; que todos trabalharam muito nas avaliações e não é hora de apontar esta ou aquela comissão de campus, mas admitir que houve atraso por qualquer motivo, que deveriam ter feito ad referendum e não fizeram e ver qual a melhor forma; que, se houver consenso com a proposta do conselheiro José Carlos, perfeito. O procurador dará o parecer; se favorável, o Reitor assinará o ad referendum e, posteriormente, o ato é aprovado; que essa é a sua opinião e, como docente, não pode aceitar a culpabilidade das comissões locais de ensino e das comissões de curso, pois quem vive esta Universidade sabe que não é. O conselheiro João Pablo disse que, por ser coordenador acadêmico, é obrigado a discordar do conselheiro Franck, porque aprovar o projeto do curso e ofertar disciplinas são coisas distintas; que o projeto, dependendo da alteração, é preciso vir ao Conselho e, neste caso, antes de ser aprovado aqui, o projeto não é válido; que a decisão de ofertar a disciplina é da Comissão Local de Ensino e que isso pode ser verificado na Resolução no 5 e que o ofício da PROGRAD orientava a digitação no sistema, que significa fazer o cadastro do PPC; com relação à oferta, afirmou que foi avaliada e que existia a questão legal. Argumentou que, no Campus Alegrete, foi explicado que, como os primeiros semestres se equivaliam e a oferta foi discutida na Comissão Local de Ensino, sabendo que um dos PPCs teria que vir para o Conselho e no caso de

problemas, teriam que fazer a migração curricular desses alunos; salientou que isso foi discutido no momento da aprovação da oferta, porque isso antes ela era regimentalmente delegada ao Conselho de Campus, montada pela Coordenação Acadêmica e coordenadores de curso e agora, como foi colocado pela pró-reitora, para otimização do processo, não vai mais para o conselho e fica na Comissão Local de Ensino, que é uma atividade regimental e não há o que ser discutido sobre isso, mas que é importante que todas essas dúvidas sejam esclarecidas aqui e que tenham uma data muito urgente para cumprir; que aquilo que é do CONSUNI é fato que a CSE não desrespeitou, pois está aqui com parecer favorável para ser avaliado, que isso é a aprovação do projeto, porém que a construção da oferta é de fato, regimentalmente aprovada por este Conselho, de responsabilidade das comissões locais de ensino; que poderiam sim ter sido aprovados por ad referendum, mas os atos também correm o risco de não serem referendados. Finalizou dizendo que esperava ter esclarecido, que são fluxos diferentes e que o ofício da PROGRAD orienta a digitação, que, para um sistema de informação, é a realização de um cadastro para acelerar e isso, sim, foi feito. O conselheiro Cássio questionou se esses PPCs ainda não foram aprovados pelo Conselho e se estão vigentes. Considerando a resposta positiva, o conselheiro disse que a categoria trouxe ao Conselho a pauta de assistência estudantil e a condição que os discentes estão vivendo e, na condição de Universidade, precisam pensar em conjunto; dessa forma, se a tramitação não foi realizada da melhor maneira, precisam entrar em consenso para resolver a questão, até porque, se esses pontos da pauta forem reprovados, os prejudicados serão os alunos. O Presidente alertou que o teto da reunião era até às 17 horas e que muitos conselheiros já se retiraram, e, por isso, não haverá votação em respeito aos que saíram, mas que será dado um encaminhamento. O conselheiro Altacir disse que, independente de votarem ou não, os questionamentos feitos por ele foram colocados e propôs a votação da matéria, pois, no caso do curso de Economia, sem um PPC aprovado, o que gera insegurança é que os alunos poderão recorrer judicialmente; gostaria que votassem, pois há todo um trabalho das comissões de curso, que tudo foi incluído nos PPCs, e voltar para análise vai terminar gerando ainda mais dúvidas; que prorrogar a votação não vai resolver, pois o problema já está criado. O Presidente disse que o Conselho é soberano caso resolvam votar, mas que, de qualquer forma, fará o encaminhamento à Procuradoria; que não falou em retirada de pauta, mas sugeriu que não votassem; disse também que os pontos que não foram tratados hoje serão apreciados na próxima reunião. O Vice-presidente fez coro à manifestação do Presidente e sugeriu o encaminhamento para consulta à Procuradoria Federal e acha prudente avaliarem na próxima reunião. O conselheiro Gabriel pediu vista dos processos referentes aos itens 7.4 ao 7.10. O conselheiro Hélvio, independente do pedido de vista, solicitou votarem os PPCs que estão prontos e deixarem os outros para a próxima reunião, entretanto, como já havia pedido de vista, o Presidente encerrou a sessão.

A apreciação dos pontos de pauta relacionados a seguir, conforme acordado, serão objeto de pauta de uma Reunião Extraordinária ainda no mês de maio: 7.1, 7.2 e 7.3; todos os itens dos pontos 8, 9, 10, 11 e 12.

Nada mais havendo a tratar, às 18 horas e 10 minutos, foi encerrada a Reunião e redigida a presente Ata, assinada pelo Presidente, Professor Roberlaine Ribeiro Jorge, e por mim, Sara Mascarenhas Tarasuk, Secretária Executiva, Assessora Especial do CONSUNI. Esta Ata foi redigida de acordo com a Resolução 308/2021 - Regimento do CONSUNI.

Esta Reunião está gravada e disponível para consulta em:

110ª RO - Manhã

([https://www.youtube.com/watch?v=DL8opsu1kHo&ab\\_channel=CONSUNI-UNIPAMPA](https://www.youtube.com/watch?v=DL8opsu1kHo&ab_channel=CONSUNI-UNIPAMPA))

110ª RO - Tarde

([https://www.youtube.com/watch?v=uSBSiD2JeFs&ab\\_channel=CONSUNI-UNIPAMPA](https://www.youtube.com/watch?v=uSBSiD2JeFs&ab_channel=CONSUNI-UNIPAMPA)).

Roberlaine Ribeiro Jorge,  
Presidente.

Sara Mascarenhas Tarasuk,  
Secretária Executiva, Assessora Especial do CONSUNI.